



Reinventar a cidadania, animar a democracia. Um desafio para a Animação Sociocultural

Albino Luís Nunes Viveiros, Nodo Portugal RIA

Resumo

O tema central do presente exercício pretende interligar a partir da discussão das ideias, dos conceitos e das práticas, o contributo que a Animação Sociocultural pode prestar na dinamização da democracia e na promoção da cidadania activa. Esta é uma praxis transversal aos vários campos da acção comunitária, mobilizando os actores sociais para tomarem em mãos um papel activo na transformação das realidades locais. Uma acção que deve ser pedagógica, libertadora, consciencializadora e de fomento da democracia através dos vários recursos ao serviço dos cidadãos.

A Animação Cidadã deve ser o resultado do somatório da participação activa das pessoas nos projectos de desenvolvimento comunitário, da experimentação da democracia nos espaços de debate sobre matérias de interesse colectivo, da promoção de acções individuais e colectivas, resultado da leitura crítica da realidade. Exercer a cidadania activa é contribuir para alimentar um projecto de democracia ao serviço da comunidade.

Reinventing citizenship, encourage democracy. A challenge for Sociocultural Animation

Abstract

The central theme of this year connects from the discussion of ideas, concepts and practices, what the Sociocultural Animation can provide the dynamism of democracy and the promotion of active citizenship. This is a practice to cross several fields of Community action, mobilizing the social actors to take a hands on role in the transformation of local realities. An action that must be educational, liberating, awareness and promotion of democracy through the various resources in the service of citizens.

The Citizen Animation must be the result of the sum of the active participation of people in community development projects, the testing of democracy in the areas of debate on matters of collective interest, promotion of individual and collective actions and the result of critical reading of reality. Exercise active citizenship is to feed a project of democracy to serve the community.

Um outro âmbito de intervenção

A cidadania como praxis sociopolítica e cultural da democracia, direito inalienável dos Homens – seres com direitos e deveres – continua no nosso entender, a ser merecedora de um espaço democrático de reflexão por todos os actores sociais,

contribuindo de forma positiva e inteligente para o debate participativo e construtor de uma cidadania global, emergente das vivências quotidianas em comunidade.

Pensar a cidadania no contexto social, cultural, económico e político actuais, exige aos cidadãos uma postura crítica e provocadora de ideias profícuas para a Animação da democracia e da cidadania. Uma praxis que necessita imperativamente de ser reinventada e animada na perspectiva do envolvimento activo dos grupos sociais, sustentada numa participação democrática com sentido de responsabilidade crítica e tolerante pelo bem comum.

O bem comum é um princípio que deve ser tomado em mãos pelos indivíduos na defesa do bem-estar social da comunidade (Conferência Episcopal Portuguesa 2003:11). É responsabilidade social das instituições facultar os meios necessários para a prossecução de respostas positivas às necessidades das populações, facultando-lhes condições de ordem social, cultural, educativa e cívica, para que se auto-organizem com o objectivo de assumirem um papel activo na construção de um projecto de desenvolvimento integral do Homem. «A democracia favorece a participação dos cidadãos no bem comum da sociedade.» (Conferência Episcopal Portuguesa 2003: 18).

As realidades sociais exigem respostas imediatas, sustentadas num processo de desenvolvimento comunitário. A Animação Sociocultural tem um papel fulcral a desempenhar na reinvenção da democracia local e na construção da cidadania, enquanto, prática social e política, sem perder a ideia central – a participação activa das pessoas –, objectivo de qualquer processo de intervenção comunitária. As práticas de Animação Sociocultural têm de estar alicerçadas na participação activa dos cidadãos, num movimento de mudança social capaz de assumir um papel de contrapoder personalizado nos movimentos sociais e cívicos, e de outras estruturas associativas que em democracia são estratégias da acção colectiva que busca a construção da cidadania activa com os sujeitos, numa luta contínua pela conquista do pleno significado da democracia.

Os Animadores Socioculturais têm que assumir uma posição de ruptura com o pensamento homogéneo e açambarcador da consciência crítica face às realidades sociais. A Animação como metodologia de intervenção em múltiplos contextos da vida comunitária assume novos protagonismos, nomeadamente, no domínio da educação para a cidadania activa. É responsabilidade dos agentes da mudança a (re)afirmação da Animação Sociocultural, enquanto, estratégia de intervenção que extrapole um conjunto de práticas sociais, culturais e educativas, dinamizadoras da vida comunitária e do próprio processo de envolvimento participativo das gentes nos projectos de desenvolvimento comunitário e sociocultural.

Parece-nos coerente e necessário reivindicar para a Animação Sociocultural um papel mais directo de intervenção na vida sociopolítica das comunidades. Este é um caminho necessário que a Animação e os seus agentes têm que calcorrear, fomentando processos de participação cidadã, disseminando nos indivíduos uma consciência para a assunção do papel central que os cidadãos devem protagonizar no debate, que desejamos intenso e valorizador da democracia.

Reinventar a democracia, animar a cidadania tem que estar sustentado num processo consciente de intervenção comunitária, no sentido de promover uma educação para a cidadania democrática e da valorização do potencial humano em matéria de consciencialização para a realidade.

Este é um objectivo alcançável quando há um projecto de educação para a mudança, com recurso ao envolvimento sério e activo dos cidadãos. Um processo de Animação e educação para a cidadania.

A educação para a democracia, enquanto participação responsável e crítica de todos os cidadãos nos assuntos públicos, é uma tarefa permanente. Tal exige informação sobre os direitos e deveres de cada cidadão, formação de uma opinião pública crítica e participante no bem comum, exercício da democracia nas famílias, nos grupos, nas escolas e nas instituições. (Conferência Episcopal Portuguesa 2003: 18)

É inegável que a cidadania é um direito do Homem. A cidadania privilegia um conjunto de direitos civis, sociais, políticos e culturais, da mesma forma que atribui a cada cidadão, deveres cívicos que têm de ser cumpridos para com a comunidade (DIAZ BORDENAVE 2002: 9). É responsabilidade dos cidadãos reivindicar e participar num espaço colectivo de debate democrático e verdadeiro, centrado nos problemas e necessidades da comunidade; participar na procura de soluções em que cada indivíduo seja parte integrante da solução. O exercício da cidadania implica o desenvolvimento de um projecto educativo fomentador de uma consciência crítica e mobilizador dos cidadãos, para que assumam responsabilidades perante os desafios que se colocam à cidadania global. A prática deste exercício deve estar irrigada de um olhar solidário e humanista para com os colectivos. Ser cidadão faz-se no plural, na discussão dos problemas, na reivindicação dos direitos e na participação consciente e autónoma em matéria de implementação das soluções a favor da comunidade.

A cidadania é um direito democrático que deve ser pedagogicamente ensinada e exercitada com o colectivo. Uma praxis que ganha ímpeto desde o projecto educativo e pedagógico da escola. A cidadania global é um direito democrático de todos os cidadãos e não somente, retórica política. A militância da cidadania exige uma atitude activa, crítica e reivindicadora de espaços e de tempos; de direitos que visem a construção de uma sociedade mais democrática através das múltiplas formas de exercício da cidadania activa. É a partir da ideia nuclear – Animação para a cidadania centrada na necessidade de um processo pedagógico contínuo de conscientização – que a cidadania activa poderá ser exercida efectivamente e orientada para a conquista da «utopia possível».

A educação para a cidadania

«*Aprender e viver a democracia*» foi o slogan do Ano Europeu da Cidadania pela Educação, celebrado em 2005. O objectivo da celebração foi alertar para o papel crucial da educação formal e não formal, implicada num processo de aprendizagem permanente de jovens e adultos envolvidos no desenvolvimento de uma cidadania activa e na correspondente promoção da vida e cultura democráticas.

A construção de uma política educativa promotora de cidadania global exige um trabalho permanente e sustentado na auscultação de vontades e necessidades. Um projecto de educação cidadã tem de estar fundamentado numa acção pedagógica consciente das constantes mudanças sociais e culturais das sociedades contemporâneas. Nesta perspectiva, um possível recurso territorial para um projecto de educação para a cidadania em espaço não formal são: as Casas de Cultura, os Centros Cívicos e de Juventude. Nestes equipamentos de proximidade há uma maior possibilidade de participação activa dos indivíduos e grupos nos projectos socioculturais que visam o desenvolvimento integral do indivíduo, como sujeito activo de uma praxis pedagógica e cultural sustentada num desejável processo de autonomia para o Homem, cidadão do mundo.

As associações e outros movimentos cívicos são escolas privilegiadas para o desenvolvimento de projectos de promoção da cidadania, em especial, com a juventude. As associações, mais do que espaços não formais de aprendizagem e de socialização sociopolítica (FERREIRA 2008: 109), são espaços de Animação

Sociocultural. Elas são espaços propícios para o desenvolvimento de uma prática de participação activa dos sujeitos no próprio processo de desenvolvimento comunitário, de fomento de atitudes e comportamentos de mudança social. O movimento associativo é um pilar fundamental da vivência democrática. É um meio para uma acção sustentada de educação para a cidadania global; uma cidadania que se deseja de inclusão social, de promoção e defesa dos direitos humanos e culturais, de afirmação da pluralidade das ideias, das culturas, da ética e do humanismo.

As realidades sociais actuais exigem uma posição firme e respostas concretas. O exercício da cidadania é um desiderato sempre presente, enquanto, não houver uma tomada de consciência colectiva por parte dos actores sociais para a necessidade de uma aprendizagem permanente da vida em comunidade e da afirmação dos valores democráticos. Em muitos casos, as organizações cívicas estão em razão de assumir tal desafio. Uma resposta construída desde um processo de consciencialização dos indivíduos, cuja participação, germine de um projecto de educação cívica fundamentada nas questões socioculturais, políticas, educativas e económicas da comunidade.

As associações continuam a ser um espaço privilegiado para a construção colectiva da democracia, da liberdade e da cidadania, enquanto, valores supremos das sociedades democráticas contemporâneas. Um contributo imperioso para a dinamização da vida comunitária, para o debate aberto, crítico e consciente entre os cidadãos e as instituições democráticas.

O associativismo é um nicho de acções válidas no domínio da educação para a cidadania. Um veículo de democratização dos pensamentos político e cultural, capaz de envolver os indivíduos num projecto colectivo, facultando-lhes ferramentas para a construção da sua autonomia, da sua identidade comunitária e influência, junto do poder político. As vivências e experiências associativas são praxis de cidadania e de cultura democrática. Destaque, para o contributo meritório que os movimentos sociais e cívicos «(...) que mobilizam os cidadãos, contribuindo contínua e solidariamente para a resolução dos muitos e diversos problemas das pessoas e dos territórios.» (ANIMAR 2004: 3), têm prestado para a sedimentação da democracia e respectiva afirmação da cidadania comprometida com o local. E ainda, na formação de vontades contrárias ao poder político, manifestadas na envolvimento activa e posicionamento crítico que os cidadãos têm protagonizado sobre algumas questões do foro social.

Educar para a cidadania não é um simples programa compilado num conjunto de conceitos e práticas. Ela deve ser experimentada na participação activa e entusiasta dos jovens e adultos na vida local; no debate dos grandes temas de relevo para as políticas locais e regionais, na descoberta de instrumentos que ajudem os colectivos a serem agentes da mudança. Enfim, serem Homens autónomos nas decisões que influenciarão o seu futuro e o da comunidade.

A educação para a cidadania deve ter como meta fundamental a formação de cidadãos esclarecidos, activos e responsáveis na tomada de posições face aos problemas individuais e colectivos. A cidadania não se restringe à participação na vida política pela simples participação num ciclo ritualizado pelos actos eleitorais. Ela tem de ser um processo permanente, motivador de comunicação entre as instituições democráticas e a sociedade civil. Um empreendimento que não se avizinha fácil, pois, como afirma Américo Nunes Peres:

Na verdade, não é fácil exercer a liberdade e a cidadania – ser pessoa e ser cidadão –, por isso exige-se uma luta sem tréguas para erradicar assimetrias e exclusões socioculturais e criar cenários de esperança realizáveis, fundamentados em valores e princípios éticos, que requalifiquem a democracia com cidadãos participativos e comprometidos. (PERES 2006: 27)

A democracia será mais real e verdadeira, se todos os actores sociais colaborarem na formação cívica de pessoas capazes de serem influentes, através das acções cívicas mandatadas em opiniões e acções responsáveis sobre os temas políticos, sociais, culturais, educativos e económicos com influência directa na vida comunitária.

A Animação Sociocultural e a cidadania activa

O papel activo que os cidadãos possam assumir em matéria de cidadania como praxis da sua autonomia, deverá ser sempre o resultado da leitura e acção sobre as realidades locais. Um exercício que não é alheio à praxis da Animação Sociocultural, metodologia de intervenção comprometida com os sujeitos na transformação social, sustentada num processo pedagógico contínuo de reflexão-acção, consequência das leituras do local e do mundo.

O acto transformador protagonizado pelos indivíduos e pelos grupos implica uma acção consciente desde a perspectiva da Animação Sociocultural, que empresta a sua visão e acção sociopolíticas, educativas e culturais ao exercício da cidadania activa. A Animação Sociocultural revela-se no acto da criação transformadora da cidadania ritualizada, num exercício consciencializador e pedagógico dos sujeitos em protagonistas da mudança social. Esta é uma «viagem» na transformação do local, que é a transformação do global.

A participação democrática do Homem deve assentar numa praxis autónoma e de enraizamento, numa atitude de responsabilização individual e colectiva, sinónimo de verdadeiras oportunidades de cidadania activa. A participação como premissa da Animação Sociocultural e da democracia é condição para a transformação social assente no compromisso dos Homens com a sua realidade, porque é conhecendo-a que emergirá soluções criativas a partir de um posicionamento sociopolítico crítico, vivido pelos cidadãos.

Os Animadores Socioculturais devem ser promotores de novas formas sociais de participação cidadã na vida comunitária: novos modelos participativos para novos desafios. É urgente «reinventar» a cidadania comprometida com o território, com as gentes e os seus problemas socioculturais, económicos, educativos, individuais e colectivos, patrocinando desta forma, uma acção cívica transformadora das realidades locais protagonizada pelos actores sociais. Urge animar a cidadania dinamizada pelos movimentos cívicos, uma cidadania comprometida com o Homem na luta pela sua autonomia e transformação sociocultural.

Os Animadores têm a responsabilidade social e ética de contribuir para a reinvenção da democracia e da cidadania. Este é um exercício que se revela nas múltiplas estratégias de leitura crítica e de compreensão do social e da acção política; que se revê no desenvolvimento de um projecto de Animação, dinamizador das vivências democráticas e no trabalho activo com as populações a partir de uma pedagogia de proximidade, fomentando a vontade de reivindicação da autonomia, dos direitos e das liberdades desde as práticas da Animação Sociocultural.

A participação como praxis da Animação assume maior responsabilidade nas dinâmicas comunitárias que visam a promoção de um compromisso com a democracia, com os valores éticos e no impulso sério para a vivência livre da cidadania activa dos indivíduos e grupos. As realidades contemporâneas, em especial, os novos tempos sociais exigem à Animação Sociocultural, uma actualização/ inovação da sua praxis no trabalho comunitário, na democratização dos espaços de participação cidadã que carecem de um outro *modus operandi* fundamentado nos valores da cidadania activa, na dinamização envolvente da sociedade civil, enquanto, célula

básica da Animação Cidadã e lugar de participação real das pessoas no confronto pela sua emancipação e no encontro de soluções para a mudança.

A A.S.C. [Animação Sociocultural] tem contribuído notavelmente para que as pessoas e grupos se organizem solidária e responsabilmente em redes associativas. Neste sentido é e segue sendo um recurso teórico e metodológico permanente no esforço humano por incrementar e fortalecer a vitalidade da sociedade civil e especialmente os projectos autónomos de iniciativa social. A A.S.C., sem renunciar a esta essência dinamizadora, tem de realizar hoje um esforço para adaptar a sua praxis tecnológica e metodológica às exigências da participação da cidadania que na sociedade globalizada e da diversidade adquire complexidade e novas e distintas dimensões à de outros momentos históricos. (MERINO FERNÁNDEZ 2008: 131)

Animação Cidadã: um paradigma emergente e necessário

A (re)animação da democracia, a promoção da cidadania e das liberdades individuais são eixos transversais e mobilizadores dos actores sociais para uma praxis cívica e educativa, em função de um projecto de desenvolvimento comunitário que perspetive a autonomia dos indivíduos.

Neste contexto, a Animação Sociocultural tem um triplo papel: socializador, mediador e mobilizador de vontades, nomeadamente, na capacitação dos indivíduos como colectivo para a agilização de acções que protagonizem a mudança social.

A Animação é uma metodologia de acção participativa para a actividade associativa, ferramenta ao serviço dos movimentos sociais e cívicos que continuam a ser palco singular para a concretização de projectos socioculturais em contexto de educação não formal, como alternativa e complemento às políticas locais. A Animação ao serviço das comunidades é suporte à praxis cidadã na conquista da liberdade e da mudança social. É exigível que os Animadores Socioculturais, mediadores dos valores da democracia e promotores da ética e do humanismo solidário, tenham a audácia de contextualizar a cidadania e a democracia no discurso e nas práticas da Animação Sociocultural.

É urgente alargar o debate sobre o contributo da Animação face às questões sociopolíticas do nosso tempo. Que papel a Animação Sociocultural pode assumir no processo consciencializador dos actores sociais em matéria de cidadania? Quais as ferramentas que devem ser facultadas aos colectivos e com eles trabalhar numa perspectiva da promoção da cidadania activa?

A educação para a cidadania democrática é um desafio para os Animadores Socioculturais. Um novo contexto social provocador de novas abordagens emergentes desde a prática da Animação, enquanto, espaço de participação individual e colectiva. Este é um desafio que exige uma posição firme e fundamentada nas experiências democráticas que emergem dos territórios locais, associadas à Animação Cidadã, fundamentalmente, agremiadas às práticas socioculturais e cívicas dos cidadãos, algumas promovidas em contexto associativo e que merecem ser reflectidas à luz metodológica da Animação Sociocultural.

A introdução das questões da cidadania e dos valores da democracia associados aos velhos e novos espaços da Animação Sociocultural são de actualidade capital e urgente. Ou, não será a cidadania global um campo emergente e actual para a Animação Sociocultural?

A pluralidade da discussão da cidadania e as suas acções, enquanto, impulso para a afirmação de novas práticas de intervenção no espaço público, partindo da perspectiva da Animação Sociocultural que privilegia uma acção pedagógica consciente para a

assunção de políticas valorizadoras da participação activa da sociedade civil, goza de um estatuto privilegiado na valorização da democracia local.

Uma breve, mas necessária referência ao encontro «*Os Jovens e a Política*» realizado sob a égide da Presidência da República Portuguesa, em Maio de 2008. Os protagonistas do encontro produziram um documento que reúne um conjunto de recomendações às instituições democráticas e aos sectores da sociedade civil – à escola, aos media e aos partidos políticos – com responsabilidades (in)directas no (des)envolvimento de uma acção pedagógica sustentada na promoção de uma educação para a cidadania com os jovens.

O Grupo de Trabalho de Política Local recomenda ao Governo que a formação cívica seja parte integrante e com maior destaque nos planos curriculares. É recomendado às autarquias o envolvimento de todo o movimento associativo, dos organismos do Poder Local e de outras estruturas locais, com o objectivo de estimular a participação cívica dos jovens na vida pública. Uma acção potenciadora da funcionalidade dos Conselhos Municipais de Juventude. O Orçamento Participativo é outra recomendação apontada como referencial do envolvimento dos jovens.

O Grupo de Trabalho de Política Nacional recomenda a definição de políticas de apoio à educação não formal como complementaridade à educação formal, com inclusão da formação dos dirigentes associativos. Este grupo sugere o desenvolvimento de ferramentas que valorizem a participação política e cívica dos jovens. A promoção e reforço da educação para a cidadania são recomendações direccionadas às instituições de ensino.

Ao nível da educação não formal uma salvaguarda para o papel associativo. É recomendado às associações, a difusão da reflexão sobre as políticas de juventude, e à sociedade civil, o reconhecimento das estruturas de juventude como espaços de educação não formal, de participação activa e fomento da verticalidade entre os actores das políticas da juventude.

Instrumentos e recursos que validam a Animação Cidadã

A democracia e a cidadania são construídas na acção individual e colectiva dos agentes comunitários, na participação solidária e activa dos indivíduos, através de um processo de conscientização para o bem comum e de educação para a cidadania. Falamos de um projecto de Animação Cidadã materializado por instrumentos e recursos para a capacitação/revindicação social da cultura democrática ao serviço da sociedade civil; recursos que ajudam o Homem a ser actor da mudança, exercendo uma cidadania activa e solidária para com o colectivo.

A promoção da cidadania activa e a criação de conjunturas para a concretização de práticas de desenvolvimento sociocultural e comunitário exigem a defesa e criação de condições, para que os valores humanos e solidários, a democracia cultural e a inclusão social sejam participados(as) por todos.

O Orçamento Participativo, os Conselhos Municipais de Juventude e de Educação, os Fóruns de Cultura, os projectos de Economia Social e os Encontros Comunitários são instrumentos ao serviço da Animação Cidadã e fundamento para a prossecução do bem comum. Estes paradigmas de intervenção e de democracia da acção política, cultural e social ao serviço da sociedade civil precisam de ser estimulados pelas instituições democráticas. Eles fortalecem e validam as práticas de cidadania activa na perspectiva da Animação Sociocultural.

Em Portugal, o Orçamento Participativo é recente. Em 2002, o Município de Palmela foi pioneiro na dinamização deste instrumento de Animação Cidadã. Seguiram-se outras experiências análogas de forma descentralizada no território nacional, promovidas pelas autarquias. Uma ideia animada pela possibilidade de dinamizar a democracia participativa, através de novas ferramentas promotoras da cidadania activa.

Este modelo de participação cidadã é uma estratégia democrática de comprometer o poder político com a livre vontade manifestada pelos cidadãos, no que respeita às suas necessidades em matéria sociocultural, educativa, urbanística, associativa e em outros domínios de intervenção das autarquias. Esta é uma ferramenta transformadora da «passividade» dos cidadãos que é regulada pela sua relação com as instituições nas questões políticas de relevo para a sociedade civil, em formas de reivindicação por melhores condições de bem-estar colectivo e de qualidade de vida.

O OP [Orçamento Participativo] (...) constitui uma nova forma de governação, assente na participação directa dos cidadãos, através de amplos processos de consulta e/ou de co-decisão, na definição das prioridades de investimentos de orçamento público para um determinado território, tendo por base um processo de reflexão e debate sobre os problemas das pessoas e do território. (DIAS 2008: 7)

Este instrumento de dinamização da democracia participativa local é uma estratégia de consciencialização dos indivíduos para formas de acção transformadoras da realidade, valorizadoras da sua autonomia e das suas capacidades criativas como colectivo; de exercício promotor de reflexão e de debate sobre os problemas comunitários e possíveis caminhos para a mudança. Uma acção sociopolítica mediada pela experiência e contributo que cada cidadão é convidado a prestar em função de um projecto colectivo.

A Economia Social é o resultado de uma nova estrutura modelar de desenvolvimento socioeconómico e cultural das gentes e dos territórios. A missão da Economia Social está na produção de bens e serviços, na promoção da cidadania activa dos indivíduos que encontram neste modelo económico, possíveis soluções para as mais variadas necessidades individuais e colectivas. Em alguns territórios locais, este paradigma socioeconómico é o principal contributo para o desenvolvimento, animado pelos seus protagonistas que trabalham activamente na resolução de alguns problemas por si vividos. As pessoas são as protagonistas da Economia Social e do desenvolvimento local consubstanciado no papel social que o tecido associativo dinamiza no contexto local/regional.

Os Encontros Comunitários na sua metodologia de acção são por excelência, instrumentos de Animação da cidadania comprometida com as pessoas e as problemáticas do território. Este instrumento de cidadania activa à semelhança do Orçamento Participativo, caracteriza-se por ser um tempo de partilha e reflexão centrada numa problemática de um território preciso, onde as pessoas e as entidades sediadas nesse mesmo espaço geográfico, tomam parte activa através da sua participação (SOARES 2008: 7).

Estes espaços de reflexão comunitária são mediados pela vivência colectiva da problemática e da consciencialização sobre o mesmo, a par, do envolvimento activo dos actores locais na organização do Encontro Comunitário, em parceria com o grupo promotor da iniciativa. Esta ferramenta de consciencialização colectiva e de Animação Cidadã favorece a mobilização dos actores sociais para um trabalho de aprofundamento da dinâmica inicial, que culminará na concretização de medidas ajustadas à problemática. É na reflexão sobre a problemática e na participação activa

das pessoas no grupo de trabalho que concretizar-se-á os verdadeiros processos de transformação das realidades locais.

Os instrumentos de Animação Cidadã, enquanto, prática de intervenção social são um espaço de participação activa dos cidadãos na vida política local, de educação para a cidadania em contexto não formal e um contributo válido para o protagonismo cidadão. Os novos contextos da Animação Cidadã figuram como um palco, onde os indivíduos são actores da mudança social, numa acção directa e influenciadora, a título individual ou colectivo, registada na definição conjunta com o governo local sobre as políticas para a cultura, a educação, o ambiente, o social, as infra-estruturas comunitárias e de outras áreas de intervenção municipal. Estamos perante um processo de cidadania activa revelado nos propósitos do Orçamento Participativo, dos Encontros Comunitários, da Economia Social e dos Conselhos e Fóruns Municipais.

A Animação conquista uma dimensão política de referência para o desenvolvimento comunitário, proporcionando à sociedade civil a vivência da democracia de proximidade através do desenvolvimento comprometido do Poder Local com o território e as suas gentes, no conhecimento profundo e real das suas debilidades e potencialidades. Os instrumentos de Animação da cidadania democrática são por excelência, mobilizadores dos vários sectores da sociedade civil num processo de pedagogia para a participação dos cidadãos, na formação de um pensamento crítico e autónomo.

A participação cívica da juventude com expressividade no movimento associativo traduz-se numa ferramenta privilegiada para a afirmação da sua autonomia e formação cidadã. Um processo contínuo de maturação social e cívica que são reveladas em projectos de intervenção sociocultural. A praxis da cidadania não é exclusiva de um sector da sociedade civil.

A experimentação da cidadania e da cultura democrática dos jovens ganha um outro ímpeto na relação de proximidade com o governo local, através dos Conselhos Municipais de Juventude. Este órgão de afirmação do exercício da democracia e da participação juvenil na vida política municipal, com relevância na auscultação dos jovens sobre as políticas de juventude, foi instituído pela Lei n.º 8/2009. Este novo espaço de cidadania é uma alavanca para a construção da cultura cívica, gerando novos espaços para a participação do movimento associativo.

O Conselho Municipal de Juventude como instrumento de Animação Cidadã contribui de forma construtiva para o agilizar de acções mobilizadoras dos jovens para a participação activa na definição das políticas sectoriais locais e, conseqüente, de intervenção cívica na causa pública. Este é um avanço fundamental para a democracia e para a sedimentação da cultura da cidadania entre os jovens, com especial incidência, na renovação do discurso e do exercício políticos.

Os Conselhos Municipais têm um desafio importantíssimo na configuração de uma cidadania plena através do movimento associativo. É exigível uma atitude pró-activa contra as muitas formas de instrumentalização política, de condicionamento das liberdades e garantias, de silenciamento da consciência cívica e do abafo da autonomia dos cidadãos.

Este novo instrumento de Animação da cidadania implica o desenvolvimento de um programa de educação política e de participação cidadã, procurando que os sujeitos sejam construtores dos processos de desenvolvimento comunitário. É a oportunidade dos cidadãos serem protagonistas de um programa de Animação Sociocultural, num quadro de dinamização da democracia local.

A escola também é por excelência, a instituição onde há lugar à aprendizagem e experimentação da democracia, há construção colectiva de um projecto de educação cidadã num duplo contexto: formal e não formal. As instituições educativas proporcionam dentro do quadro legislativo e em contexto formal, uma via para a participação dos jovens na vida escolar. O exercício protagonizado pelos jovens pode acontecer com a sua participação nos processos de decisão que implicam directamente a comunidade estudantil. Um exemplo é a sua participação no Conselho da Comunidade Educativa (em conformidade com o Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M), espaço privilegiado para uma participação activa, para a reivindicação de condições que promovam um melhor ambiente escolar; uma acção centrada na ideia do bem comum. Uma prática de cidadania que precisa de ser ensinada, estimulada e provocada, para que seja sinónimo de democracia e cidadania activa em contexto escolar.

Num contexto não formal, a cidadania pode ser arquitectada através das associações estudantis. Estas organizações juvenis são o início de um percurso de cidadania activa com continuidade em organizações político-partidárias, sociais, culturais e cívicas. A cidadania pode e deve ser trabalhada no âmbito das actividades extra-curriculares desenvolvidas nos clubes temáticos da escola. Estes são lugares de educação não formal privilegiados para a cultura democrática e para a participação activa e solidária.

É no ambiente escolar que a participação cívica começa a ser construída através do exercício colectivo, sustentado num projecto educativo e na praxis do papel social que cada cidadão é convidado a assumir na comunidade. É responsabilidade dos actores sociais facilitarem um tempo de participação aos jovens, espaço onde sejam protagonistas da transformação sociocultural.

O programa «*Parlamento dos Jovens*» organizado pela Assembleia da República, através da Comissão de Educação e Ciência, em parceria com outras instituições, nomeadamente, as escolas, é um exemplo de um projecto de educação para a cidadania e de fomento do debate entre os jovens sobre temas da actualidade. Este é um projecto desenvolvido ao longo do ano lectivo e tem o seu término, com a realização de duas sessões nacionais que contam com a participação dos alunos, dos ensinos básico e secundário.

O exercício da cidadania constrói-se em função da leitura crítica da realidade. Esta continua a ser um dos principais desafios para os actores sociais com responsabilidade na consolidação de um projecto comunitário de consciencialização para a democracia participativa. Um modelo democrático que carece de novos paradigmas que sustentem as acções dos governos locais; acções que precisam de ser validadas à luz das políticas da cidadania activa. É saudável para a democracia que apareçam na cena pública, novos protagonistas da mudança social, com uma consciência autónoma e crítica, resultado das práticas disseminadoras de uma cidadania de proximidade, comprometida com os indivíduos e contribuindo para a sedimentação de uma identidade territorial, fruto dos sinais dos tempos.

Os movimentos sociais e cívicos têm sabido assumir uma postura pedagógica, com um espírito de reflexão-acção gerador de novos paradigmas de desenvolvimento sustentável, associados a um exercício permanente de cidadania. O desafio está centrado no encontro de soluções criativas, capazes de combater o défice de participação cidadã, de promover a assunção de políticas de desenvolvimento sociocultural e económico desde as manifestações mais genuínas e, fundamentalmente, encontrar alternativas credíveis para que os cidadãos se envolvam nas dinâmicas locais de desenvolvimento favorecidas pela democracia.

A construção da cidadania exige pedagogia na acção promotora da participação dos sujeitos, com efeito na construção dos processos de desenvolvimento sustentável; no compromisso das instituições democráticas com as associações culturais e movimentos sociais. Uma pedagogia que tem de estar presente na participação activa, consciente e crítica dos actores sociais em matéria de políticas locais planificadas em função do bem-estar colectivo.

A vivência da cidadania é um desafio permanente à participação dos indivíduos num projecto comunitário. Este deve ser compreendido como um acto transformador dos cidadãos anónimos em actores da cultura. A cidadania é o ponto de partida para o desenho arquitectado no fazer sociocultural e educativo, alicerçado na liberdade cultural dos indivíduos e comunidades, uma condição básica da democracia.

A cidadania cultural é sinónimo de democracia que vigora na participação activa das gentes que protagonizam o trabalho desenvolvido pelas instituições educativas, socioculturais e demais sectores da sociedade civil na construção colectiva de um projecto de desenvolvimento cultural apoiado num compromisso de princípios com o Poder Local. A cidadania cultural é parte integrante do somatório da participação dos cidadãos individual ou colectivamente organizados – associações culturais e artísticas, agentes culturais, produtores, criadores e demais trabalhadores culturais – na construção de uma política de acção cultural.

Este é um exercício que não pode, nem deve, ser exclusivo do poder político ou de outros grupos de poder. Partilhamos do pensamento de Bento Jesus Caraça (CARAÇA 1933: 42), quando afirma:

Mas o que não deve nem pode ser obra ou monopólio duma elite, é a cultura; essa tem de reivindicar-se para a colectividade inteira, porque só com ela pode a humanidade tomar consciência de si própria, ditando a todo o momento a tonalidade geral da orientação às elites parciais.

Um pensamento que consideramos actual e necessário para o romper com o círculo de acção cultural fabricado em função de conceitos e práticas generalistas, muitas vezes, carecendo de enquadramento sociológico, metodológico e pedagógico. Uma visão que fundamenta a necessidade de sustentar a acção cultural em favor do «despertar a alma colectiva das massas» (CARAÇA 1933: 43). Esta deve ser uma visão plural do papel de intervenção cívica que a cultura protagoniza com os colectivos.

Os equipamentos culturais são um paradigma para a promoção da cidadania activa em matéria de educação para a cultura, de integração social, de democracia e descentralização, enquanto, espaços de participação na criação e dinamização culturais. Uma praxis animada pelos cidadãos, individualmente ou organizados, através das instituições educativas e socioculturais apoiadas pelo governo local. Os espaços culturais não devem ser albergues dos grandes espectáculos ditados por «modas ritualizadas», importadas e descontextualizadas das realidades locais e regionais, antes, lugares de encontro e de identidade comunitária, de compromisso com o projecto cultural do município, nascido da participação das populações.

Os equipamentos de proximidade são sinónimo de espaços de cidadania participativa, uma condição primária que acontece com a promoção credível da envolvimento da sociedade civil nos processos de planificação da política cultural, na garantia da sua participação efectiva e solidária no exercício da democracia cultural. Os equipamentos socioculturais são um desafio permanente à cidadania activa, cujo motor, são os

cidadãos com a sua participação autónoma, responsável e construtora de um projecto colectivo com significado no contexto local.

Os Conselhos Municipais de Cultura, enquanto, instrumentos democráticos, promotores do debate público das ideias e das políticas para os territórios culturais são facilitadores da ascensão da cidadania comprometida com a transformação social e a participação democrática activa. Uma acção complementar à actividade governativa na promoção e sedimentação de um projecto de desenvolvimento comunitário. Educar para a cidadania cultural, não é tarefa exclusiva do poder político, é também, dos vários sectores da sociedade civil comprometidos com a democracia.

Não é possível desenhar a cidadania democrática global, um universo onde a cultura é parte integrante, sem envolver as pessoas num projecto democrático de cumplicidade para reflectir a acção cultural local. É fundamental pensar a cidadania cultural como tarefa quotidiana dos serviços municipais, impulsionadores de uma prática que tem que ser democratizada, aspirando sempre, à liberdade cultural dos cidadãos.

As práticas comprometidas com a comunidade

A cidadania activa é uma matéria de relevo no contexto da praxis autónoma dos indivíduos e na relação social com os seus pares. Não podemos excluir a dimensão política da cidadania, uma questão que pode ser alimentada como parte inclusa de um programa de acção política, supra partidária; merecedora de discussão e reflexão, resultando num conjunto de ideias para um exercício democrático que precisa de estar mais comprometido com os cidadãos. Exercer a cidadania global é um desafio permanente na construção do significado de comunidade.

Os desafios que emergem das realidades vividas pelas comunidades locais são desafios permanentes que exigem respostas eficientes e participadas pelos colectivos. Eles são uma provocação para (re)descobrir a dimensão política da Animação Sociocultural na sociedade contemporânea.

A educação para a cidadania e participação democrática são tarefas de todas as instituições, não apenas da escola. Educar para a cidadania tem de ser perspectivada cada vez mais, numa dimensão de educação não formal, com o compromisso das instituições democráticas.

}

Este ensaio procurou trazer à reflexão, um tema que carece de maior amplitude de discussão entre os Animadores, dissertando sobre a relação da democracia e da cidadania com a praxis metodológica da Animação Sociocultural.

}A Animação Cidadã tem de ser o reflexo do papel activo e comprometido que os Animadores Socioculturais assumem no exercício da sua actividade com a sociedade civil, na promoção de um diálogo comprometido e construtivo do ser cidadão numa sociedade globalizada.

Bibliografia

AAVV. 2003. Carta Europeia Revista da participação dos jovens na vida local e regional. Estrasburgo: Conselho da Europa.

ANIMAR. 2002. Interpeleção Cívica ao Novo Poder Político de Organizações dos Movimentos Cívicos. S.l.. ANIMAR.

CAHCIT, (4 Nov. 2004), «Ano Europeu da Cidadania pela Educação 2005. Aprender e Viver a Democracia. Documento de orientação», Infoeuropa – Biblioteca de Informação Europeia em língua portuguesa, Centro de Informação Europeia Jacques Delors, Disponível HTTP:

http://infoeuropa.euocid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000034747&ine_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA (21 Jun. 2008).

CARAÇA, Bento Jesus. 1933. A Cultura Integral do Indivíduo – problema central do nosso tempo. Lisboa: Edições Mocidade Livre.

CHAUÍ, Marilena. 2006. Cidadania Cultural. O direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Conferência Episcopal Portuguesa. 2003. Carta Pastoral Responsabilidade Solidária pelo Bem Comum. Lisboa: Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa.

Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M. *Diário da República n.º 118/2006 – I Série – A*. Assembleia da República. Lisboa.

DIAS, Nelson. 2008. Orçamento Participativo – Animação Cidadã para a Participação Política. São Brás de Alportel: Associação In Loco.

DIAZ BORDENAVE, Juan E.. 2002. O que é Participação. São Paulo: Editora Brasiliense. «Encontro “Os Jovens e a Política”», Roteiro para a Juventude, Presidência da República Portuguesa, Disponível HTTP: http://www.presidencia.pt/archive/doc/Jovens_e_a_Politica_-_20080512_-_Resultados_dos_Grupos_de_Trabalho.pdf (19 Mai. 2008).

FERREIRA, Pedro Moura. 2008. «Associações e Democracia. Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 57: 109-130.

FREIRE, Paulo. 2008. Educação e Mudança. São Paulo: Editora Paz e Terra.

GOMES, Carlos Alberto. 2004. «Escola, cidadania e educação de valores democráticos». In: *Actas do V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia: 31-35.

Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto. *Diário da República n.º 166/2005 – I Série – A*. Assembleia da República. Lisboa.

Lei n.º 8/2009 de 18 de Fevereiro. *Diário da República n.º 34/2009 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa.

JR., Fábio Barbosa Ribas, (10 Nov. 2004), «Educação e protagonismo juvenil», Educação, PRATTEIN, Disponível HTTP: <http://www.prattein.com.br> (20 Fev. 2009).

LOPES, Marcelino de Sousa. 2006. Animação Sociocultural em Portugal. Amarante: Intervenção.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. 2007. O que é cidadania. São Paulo: Editora Brasiliense.

MARTÍN GONZÁLEZ, M.ª Teresa (coord.). 2000. *Economía Social y Animación Sociocultural*. Madrid: Sanz y Torres.

MERINO FERNÁNDEZ, José Vicente. 2008. “Animação Sociocultural, Cidadania e Participação”. In: José Dantas Lima Pereira, Manuel Francisco Vieites, Marcelino de Sousa Lopes (coord.), *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI*. Chaves: Intervenção: 129-142.

PERES, Américo Nunes. 2006. «Ser cidadão em tempos difíceis». *Jornal a Página da Educação*, 154: 27.

SOARES, Maria Priscila. 2008. Animação Cidadã para a Acção Solidária. São Brás de Alportel: Associação In Loco.

Dados do Autor

Albino Luís Nunes Viveiros é licenciado em Animação Sociocultural. Técnico Superior – Animador Sociocultural na Câmara Municipal de Machico (Região Autónoma da Madeira), Presidente da Delegação Regional da Madeira da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sócio-Cultural (APDASC), membro da Junta Directiva da Rede Iberoamericana de Animação Sociocultural e do Nodo Portugal RIA. É autor de diversos artigos que versam a Animação Sociocultural e seus âmbitos, entre outros temas do domínio do património cultural.

Blog: <http://animasocioculturaleinsularidade.blogspot.com>

E-mail para contacto: albinoviveiros@netmadeira.com